



Os eleitos da Assembleia Municipal da Moita, reunidos na Comissão Permanente de Assuntos Sociais e Cultura, no dia 4 de Junho de 2012, decidem propor ao plenário da Assembleia Municipal a seguinte resolução:

RESOLUÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO MEC SOBRE OS MEGA AGRUPAMENTOS

A agregação de novos agrupamentos no concelho, proposta pelo Ministério de Educação e Ciência, em reunião de 12 de Abril p/p, é um retrocesso na qualidade de ensino e formação das crianças e jovens do concelho.

A identidade da escola, construída ao longo destes quase 40 anos de serviço público de educação, por gerações jovens do concelho tenderá a perder-se diluída em dois Mega agrupamentos, desaparecendo importantes marcos de cultura e ensino deste concelho.

Os eleitos da Assembleia Municipal de Moita, reunidos em Comissão Permanente de Assuntos Sociais e Cultura, consideram ainda que esta proposta é negativa porque:

- Põe em causa a identidade das escolas e dos seus projectos educativos;
- Não contribui para os ganhos no processo ensino/aprendizagem para os alunos e consequentemente para o sucesso educativo;
- Cria problemas de identificação e inserção de professores e outros trabalhadores das escolas numa unidade orgânica imensa, construída contra a sua vontade e em que eles não se reconhecem como agentes educativos no processo;
- Não tem em conta as características de dispersão, dimensão e identidade do território onde nos inserimos;

- Não considera a diferenciação de práticas lectivas adequadas a diferentes grupos etários de alunos;
- Cria unidades orgânicas de grande dimensão, 3500 ou 4000 alunos, longe do limiar máximo apresentado pelo próprio MEC como valor de referência, que é de 3050 alunos.
- Não deve o MEC/DREL decidir unilateralmente sobre esta matéria, devendo ouvir a comunidade educativa e o município que tem a responsabilidade da elaboração da Carta Educativa e a responsabilidade atribuída pelo Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro.

A Assembleia Municipal da Moita reunida em 29 de Junho de 2012:

- 1 – Exige a suspensão deste processo de construção de mega agrupamentos e por via de tal processo o encerramento de escolas;
- 2 – Manifesta a sua intransigente vontade de continuar a lutar por uma escola pública de qualidade e exige que o Governo cumpra o direito universal a um ensino público de qualidade e tendencialmente gratuito, conforme o que está expresso na Constituição da República Portuguesa.

P'la Comissão Permanente de Assuntos Sociais e Cultura

O Coordenador

